

uma tampa sólida que só poderá ser retirada durante a operação de carga do veículo, devendo ainda observar-se as seguintes condições:

- a) Seja sempre colocada, sob a conduta, uma protecção eficaz que permita a passagem de peões;
- b) A altura entre o pavimento da via pública e o terminal da conduta seja superior a 2,50 m;
- c) Só será permitida a remoção de entulhos e detritos através de condutas quando o seu peso unitário seja inferior a 1 kg.

13.3 — As condutas devem ter as seguintes características:

- a) Serem vedadas para impedirem a fuga de detritos;
- b) Não terem troços rectos maiores que a altura correspondente a dois andares do edifício, para evitar que os detritos atinjam, na descida, velocidades perigosas;
- c) Terem na base um dispositivo de retenção eficiente para deter a corrente de detritos;
- d) Terem barreiras amovíveis junto da extremidade de descarga e um dístico com sinal de perigo.

14 — Trabalhos de aberturas de valas:

14.1 — Disposições gerais:

14.1.1 — A abertura e tapamento de valas, bem como a realização de quaisquer trabalhos que envolvam o levantamento do pavimento das vias públicas, carece de licença da Câmara Municipal;

14.1.2 — As empresas concessionárias de serviços públicos (tais como de telefones e distribuição de energia eléctrica), embora beneficiem de isenção de pagamento de taxas, carecem de licença da Câmara Municipal para abertura e tapamento de valas ou realização de quaisquer trabalhos que envolvam o levantamento do pavimento das vias públicas;

14.1.3 — A licença referida nos números anteriores deverá ser pedida em requerimento dirigido ao presidente da Câmara Municipal, instruído com os seguintes elementos:

- a) Planta topográfica, onde seja assinalada a localização, em toda a sua extensão, das valas ou quaisquer outros trabalhos;
- b) Indicação do tipo de pavimento da via ou vias em que se pretende abrir valas ou executar quaisquer outros trabalhos;
- c) Indicação da largura, profundidade e outras características técnicas das valas ou dos trabalhos a executar;
- d) Indicação do prazo previsto para a execução dos trabalhos, bem como a data de início.

14.1.4 — O licenciamento será concedido mediante a apresentação de caução ou garantia bancária no valor dos trabalhos de reposição e pelo prazo previsto no n.º 8.2 deste anexo.

14.2 — Sinalização temporária das obras:

14.2.1 — Durante a execução dos trabalhos deverá adoptar-se a protecção conveniente e a sinalização exigida pela lei em vigor, de forma a garantir a segurança do tráfego e a sua fluidez com o mínimo embaraço;

14.2.2 — Toda a sinalização deverá ser mantida permanentemente em bom estado de conservação, substituindo-se de imediato os sinais que eventualmente venham a ser danificados.

14.2.3 — A sinalização dos trabalhos e sua manutenção e conservação é da responsabilidade do dono da obra.

14.3 — Condicionalismos inerentes à abertura das valas:

14.3.1 — Na abertura das valas não é permitida a utilização de explosivos, a não ser em casos especiais, comprovadamente sem alternativa técnica, sendo, neste caso, expressamente solicitada à Câmara Municipal autorização para o uso de explosivos;

14.3.2 — As valas longitudinais serão abertas nas bermas das vias, com o maior afastamento possível da faixa de rodagem dos arruamentos, tanto quanto possível junto ao passeio, por troços com a extensão máxima de 50 m;

14.3.3 — Não poderão ser abertas simultaneamente valas em ambas as margens das vias;

14.3.4 — A vala na travessia das vias será aberta por meias faixas, perpendicularmente ao eixo das mesmas.

14.4 — Abertura e tapamento de valas em pavimentos betuminosos:

14.4.1 — A execução da abertura de vala deverá processar-se do seguinte modo:

- a) Por serras de corte específicas para betuminoso, devendo o corte ser perfeitamente geométrico;
- b) Após a abertura de cada troço de vala deverá ser feita a remoção dos produtos escavados para zonas pré-determinadas.

14.4.2 — O tapamento da vala será executado do seguinte modo:

- a) Material de granulometria extensa, em camadas de 0,20 m de espessura, devidamente compactadas até à cota — 0,20 m relativamente à cota da plataforma da via;
- b) Camada de betuminoso com a dosagem e espessura tecnicamente adequadas, a definir, caso a caso, pelos competentes serviços municipais.

14.5 — Abertura e tapamento de valas em pavimento a cubos;

14.5.1 — A execução deverá processar-se do seguinte modo:

- a) Levantamento dos cubos e remoção dos mesmos para local pré-determinado, onde não causem transtorno à normal circulação de veículos e peões;
- b) Após abertura de cada troço de vala, deverá ser feita a remoção dos produtos escavados para zonas pré-determinadas.

14.5.2 — O tapamento de vala deverá ser executado do seguinte modo:

- a) Material de granulometria extensa, em camadas de 0,20 m de espessura, devidamente compactadas até à cota — 0,20 m relativamente à cota da plataforma da via;
- b) Reposição do pavimento a cubos cobertos com areia.

14.6 — Assentamento de cabos eléctricos e telefones — as travessias de cabos eléctricos e telefones serão feitas através de manilhas de cimento ou tubo PVC à profundidade mínima de 0,80 m, por forma que a sua futura substituição se faça sem necessidade de destruir o pavimento da via.

14.7 — Fiscalização — no decorrer dos trabalhos deverão ser acatadas as instruções transmitidas pela fiscalização da Câmara Municipal, devendo ser informada com antecedência da data do início dos trabalhos.

14.8 — Responsabilidade pela execução e prazo de garantia:

14.8.1 — O enchimento das valas e reposição do pavimento e pertences da via ficarão a cargo da entidade que realizou a obra;

14.8.2 — A entidade responsável pela obra obriga-se a mandar corrigir as deficiências que venham a verificar-se durante o período de um ano, a contar da data de conclusão dos trabalhos, que, para o efeito, deverá ser comunicada à Câmara Municipal;

14.8.3 — Serão da inteira responsabilidade da entidade responsável pela obra os prejuízos que advenham para a Câmara Municipal e para terceiros por motivos de realização de trabalhos;

14.8.4 — Uma vez concluídos os trabalhos, a entidade responsável pela obra deverá remover da zona da via as terras sobrantes provenientes da abertura das valas, deixando a zona completamente limpa no prazo de quarenta e oito horas.

15 — Segurança:

15.1 — Em tudo o mais que se refira à segurança do público e dos operários, serão rigorosamente observadas todas as disposições legais em vigor;

15.2 — A não observância do disposto nos números anteriores, para além das penalidades a que houver lugar, determina o imediato cancelamento da licença e a obrigatoriedade da desocupação da via ou local utilizado e a sua reposição no estado anterior.

9 de Abril de 2003. — O Presidente da Câmara, *Amândio Manuel Ferreira Melo*.

CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Aviso n.º 3663/2003 (2.ª série) — AP. — Joaquim Morão, presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco:

Faz saber, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 74.º e 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, que a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, na sua reunião do executivo de 17 de Janeiro de 2003, proceder à revisão do Plano Director Municipal de Castelo Branco, em vigor (ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 66/94, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 185, de 11 de Agosto de 1994, e alterado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 30-A/2002, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 35, de 11 de Fevereiro de 2002), com a seguinte programação:

- Fase 1 — Publicitação e participação (três meses);
- Fase 2 — Estudos de caracterização (seis meses);
- Fase 3 — Elaboração da proposta de plano e concertação (seis meses);

- Fase 4 — Discussão pública e ponderação dos resultados (seis meses);
 Fase 5 — Elaboração da proposta final (três meses);
 Fase 6 — Aprovação, ratificação, registo e publicação (nove meses).

Nos termos do n.º 2 do artigo 77.º do referido diploma, decorrerá por um período de 30 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, um processo de audição ao público, durante o qual os cidadãos interessados poderão proceder à formulação de sugestões, bem como a apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do respectivo procedimento de revisão do Plano Director Municipal.

Durante aquele período, os interessados deverão apresentar as suas reclamações, observações ou sugestões em ofício devidamente identificado, dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco.

8 de Abril de 2003. — O Presidente da Câmara, *Joaquim Morão*.

CÂMARA MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO

Edital n.º 378/2003 (2.ª série) — AP. — *Regulamento de Concessão de Pesca Desportiva na Albufeira do Bonito.* — Jaime Manuel Gonçalves Ramos, presidente da Câmara Municipal do Entroncamento:

Torna público que esta Câmara Municipal, na sua reunião ordinária realizada em 14 de Outubro de 2002, deliberou aprovar o Regulamento de Concessão de Pesca Desportiva na Albufeira do Bonito.

O mesmo Regulamento foi aprovado pela Assembleia Municipal em sessão de 27 de Outubro de 2002.

Preâmbulo

O Decreto-Lei n.º 44 623, de 10 de Outubro de 1962, regulado pela Lei n.º 2097, da mesma data, e Decreto-Lei n.º 312/70, de 6 de Julho, vieram regular o exercício da pesca nas águas interiores do País.

Assim, ao abrigo do n.º 8 do artigo 112.º e do artigo 241.º, ambos da Constituição da República Portuguesa e no uso das competências atribuídas aos órgãos municipais pela alínea a) do n.º 7 do artigo 64.º e alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, é aprovado, para vigorar no município do Entroncamento o Regulamento de Concessão de Pesca Desportiva na Albufeira do Bonito, conforme deliberação desta Câmara Municipal de 14 de Outubro de 2002 e aprovação pela Assembleia Municipal em sessão de 27 de Dezembro de 2002.

Este Regulamento entra em vigor 15 dias após a sua publicação no *Diário da República*.

CAPÍTULO I

Artigo 1.º

A concessão de pesca desportiva, que tem por entidade a Câmara Municipal do Entroncamento, abrange toda a Albufeira do Bonito, com 14 ha de área, 4 m de profundidade (média 2 m) e 250 m de comprimento.

Artigo 2.º

A concessão tem por finalidades:

- Proporcionar, nas condições expressas neste Regulamento, a prática da pesca desportiva;
- Fomentar o turismo regional, incentivando, dentro dos limites legais, a realização de provas inter-clubes, inter-regionais ou outras que prossigam o mesmo fim;
- Interligar o exercício da pesca desportiva com a prática da vida ao ar livre, contribuindo, assim, para uma melhor qualidade de vida;
- Defender a fauna e a flora na sua área procurando, dentro do espírito da lei, evitar a poluição, nomeadamente a ocasionada pelos esgotos industriais e escoamento de insecticidas e pesticidas utilizados na agricultura;
- Fomentar com repovoamentos e criação de viveiros, o aumento da densidade das espécies ictiológicas existentes, introduzindo também, outras que se julgue aconselháveis, depois do parecer dos competentes serviços oficiais.

CAPÍTULO II

Do exercício de pesca

Artigo 3.º

Para efeitos deste Regulamento, considera-se pesca não só a captura de peixe, como também a prática de actos conducentes ao mesmo fim, quando realizados na albufeira, ou nas suas margens.

Artigo 4.º

Na área da concessão apenas é permitido a pesca desportiva.

Artigo 5.º

É permitido pescar:

- Às terças-feiras, quintas-feiras, sábados, domingos e feriados;
- Do nascer ao pôr-do-sol e apenas nas margens da albufeira;
- Aos pescadores que estejam munidos da respectiva licença especial diária, modelo da Direcção-Geral das Florestas;
- Com cana, no máximo de duas, com ou sem carreto, com fio e anzol, devendo, qualquer delas estar ao alcance imediato da mão.

Artigo 6.º

Entre 15 de Março e 31 de Maio, não é permitido a pesca a carpas, barbos, bogas, tencas e achigãs, bem como outras espécies, com a mesma época de defeso, que existam ou possam vir a existir na referida albufeira, devendo ser imediatamente devolvidos à água quaisquer exemplares logo que pescados.

Artigo 7.º

Não é permitida a pesca de peixes com dimensões inferiores às fixadas na lei e que são as seguintes:

- Carpas, barbos, achigã e enguias — 20 cm;
- Tencas — 15 cm;
- Bogas, escalos e pimpões — 10 cm.

§ 1.º As dimensões serão tiradas, rectilineamente, desde a ponta do focinho à força caudal ou, na sua falta, ao topo da barbatana;

- Não é permitido a retenção de peixe.

CAPÍTULO III

Licenciamento

Artigo 8.º

Para que possam pescar, individualmente, devem os interessados munir-se da licença especial diária, modelo da DGF, que poderá ser passada:

- Na recepção da piscina municipal durante o horário de funcionamento da mesma.

§ único. No caso do pescador não possuir a licença especial diária o guarda florestal auxiliar está autorizado a passá-la no local.

Artigo 9.º

A licença especial diária, modelo da DGF, será passada a todos os pescadores interessados mediante a apresentação do bilhete de identidade, da licença de pesca válida para o concelho e do pagamento das seguintes taxas diárias:

- Menores de 14 anos — grátis;
- Maiores de 14 anos inclusive, residentes no concelho — 0,50 euros;
- Maiores de 14 anos inclusive, não residentes no concelho — 1 euro;
- Participantes em provas inter-sócios organizados por clubes ou associações locais — grátis;
- Participantes em provas inter-clubes organizados por clubes ou associações sediadas no concelho — grátis;
- Participantes em provas inter-clubes organizados por clubes ou associações sediadas fora do concelho — 1 euro;
- Participantes em provas inter-regionais — 1 euro;
- Participantes em outras provas de pesca — 1 euro.